

Já em Harvey, identificou-se a diferenciação geográfica como expressão primeira do desenvolvimento geográfico desigual, que, mesmo na primeira natureza apresenta-se na dotação espacial diferencial de recursos. Mais que processos históricos, desenvolvimento geográfico desigual pressupõe um desenvolvimento diferenciado no âmbito das relações sociais, culturais e socioecológicas pertinentes aos agrupamentos humanos espalhados pelo planeta. Mas, a problemática reside em que, em face da aceleração propulsionada pelas forças da “globalização” contemporânea, a desigualdade é perversamente apropriada pela forças capitalistas em seu proveito. Contudo, fato é que, afora qualquer ideologia do pensamento burguês, há desenvolvimento geográfico desigual, e a questão é encará-lo como catalisador de mudanças positivas na sociedade.

### **Referências:**

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

COGGIOLA, Osvaldo. Trotsky e a lei do desenvolvimento desigual e combinado. **Novos Rumos**, São Paulo, n. 42, p. 4-23, 2004.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Ed. Loyola, 2004a.

\_\_\_\_\_. **O Novo imperialismo**. São Paulo: Ed. Loyola, 2004b.

\_\_\_\_\_. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Actuel Marx**, [s/l], n. 18, p. 73-80, 1995. Disponível em: <http://npdr.files.wordpress.com/2007/10/lowy-michael.pdf>.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

TROTSKY, Leon. **A história da revolução russa**. Rio de Janeiro: Saga, 1967.

## **O OPERÁRIO EM SÃO PAULO NO INÍCIO DO SÉCULO XX: A CIDADE COMO ESPAÇO DA LUTA DE CLASSES.**

**Amir el Hakim de Paula<sup>4</sup>**

### **RESUMO**

---

<sup>4</sup> Aluno de Pós-Graduação (Doutorado) no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

O artigo demonstra a relação dos operários com a cidade de São Paulo entre os anos de 1900 e 1917, período marcado por um grande crescimento populacional e geográfico da cidade. Esse crescimento populacional e geográfico ocorreu concomitantemente a uma intervenção do poder público favorável à elite paulistana, separando em bairros com distintas feições a classe mais abastada e as classes mais populares. Nos bairros onde residiam a burguesia cafeeira e/ou industrial, consideráveis melhorias urbanas ocorreram, enquanto que nos bairros de predominância operária essas transformações foram pontuais.

Analisando a segregação espacial surgida na cidade em decorrência das ações do poder público, percebemos a ocorrência em vários momentos de uma contestação dos operários à essa ação estatal, quando então esses trabalhadores organizados em passeatas, manifestavam-se pela região central da cidade, área com grande concentração de lojas chiques. Um momento histórico de grande vulto, no qual essas manifestações operárias geraram grandes resistências à ordem pública, foi a Greve de 1917. Seu ponto culminante foi o enterro do sapateiro José Martinez, quando milhares de operários contestaram, ao se apropriarem do centro, a segregação espacial.

Palavras-chave: operariado; cidade; indústria; segregação espacial; apropriação.

## **ABSTRACT**

### **THE WORKER IN SÃO PAULO IN THE BEGINNING 20<sup>TH</sup> CENTURY: THE CITY AS THE SPACE OF THE CLASS STRUGGLE.**

The article demonstrates the relation between workers and Sao Paulo city, between 1900 and 1917, period noticeably for a rapid population and geographical growth.

This rapid population and geographical growth happened coincidently from public power's intervention favorable to paulistana elite, separating geographically into districts with distincts layouts the richest class and the most popular class. In the district where the coffee grower and/or industrial bourgeoisie lived, noticeably urban advances happened, as where as in the district where workers lived these transformations were punctual.

Analyzing the spatial segregation appeared in the city determinate from public power's actions, we understand the incident in various moments a worker claim to this State's action, when this worker organized in public parades of protests, manifested around downtown, area with huge concentration of chic shops.

A huge face historic moment, where this workers public parades of protests originated huge resistant, was the Strike of 1917. His culminant point was the José Martinez's burial, when thousand workers contested, while taking over downtown, the spatial segregation.

Key word: work force; city; industry; spatial segregation; appropriation

### **Introdução**

Quem eram e como viviam os operários na cidade de São Paulo, no alvorecer do século XX? Como os operários entenderam as transformações urbanísticas ocorridas na cidade nesse período? Qual o papel de algumas manifestações operárias (como o enterro de José Martinez na Greve de 1917) na luta por uma cidade mais democrática? Pensando nessas questões, procuramos por meio dos conceitos de espaço, segregação espacial e apropriação, entender a relação do operário das primeiras décadas do século XX com a cidade de São Paulo.

Entender aspectos da vida desse operário foi, de alguma forma, compreender suas angústias (seja no trabalho ou fora dele), mas também suas lutas, suas festas. Mais ainda, apreendemos essa realidade sob uma ótica muito pouco discutida: a geográfica.

E, por Geografia, não entendemos uma ciência que se limite, nesse caso, a localizar esse trabalhador na cidade, mas que também, procure compreender como os operários, principalmente aqueles organizados em sindicatos, percebiam as mudanças pelas quais a cidade passava naquele momento em que deixava de ser provinciana para consagrar-se como uma das maiores cidades do país.

Por meio da análise de algumas manifestações operárias ocorridas na Greve de 1917, constatamos vários episódios de questionamento às condições de trabalho dos operários mas, para o presente trabalho o que nos interessa mais, são as críticas ferrenhas que os operários opunham à ordem urbana segregada que os empurrava cada vez mais para os arrabaldes da cidade.

### **A produção do espaço na São Paulo do início do Século XX**

Entendemos que o espaço urbano não é neutro pois foi produzido por uma classe específica. Como diz Carlos (1979, p.46) sobre a cidade: “A categoria determinante

capaz de dominar e organizar o espaço a partir de um ponto espacial – a metrópole- é o Capital”. Entretanto, o Capital transforma a cidade através do trabalho de outra classe social: os operários.

Como em qualquer outra relação entre Capital e Trabalho, o produto feito pelo operário é um objeto alheio aos seus interesses.

Sendo considerado pela classe dominante uma mercadoria, a transformação desse espaço está determinada pela possibilidade de maiores lucros daí decorrentes, ou seja, essa produção objetiva também a reprodução do Capital.

O espaço urbano, no capitalismo, apesar de ser produzido pelos interesses de uma classe específica (a burguesia), possui também os movimentos e interesses de outras classes que compõe a sociedade, e por isso precisa ser normatizado através de leis.

Partindo dessa premissa, entendemos que, no caso da cidade capitalista, as transformações que esse trabalhador executa, não são direcionadas às suas necessidades, mas pelo contrário, são mudanças que atendem especificamente a uma classe (a mais rica), embora na cidade convivam vários grupos sociais.

Nesse processo de transformação, o trabalhador “[...] se distancia cada vez mais do espaço que ele produziu” (CARLOS, 1979, p.102).

Em fins do século XIX e início do século XX, a cidade de São Paulo começou a sofrer algumas transformações urbanísticas - como alargamento de ruas e avenidas, construção de prédios e outras - determinadas pelo interesse da classe dominante e não de toda a sociedade que na cidade vivia.

Isso ocorreu porque os operários que realizavam as transformações urbanísticas, como por exemplo, o calçamento de ruas e a implantação de sistemas de água e esgoto, pouco usufruíram desses benefícios já que estavam confinados, em sua maioria, à um espaço pré-determinado, próximo às várzeas, onde quaisquer mudanças urbanas eram incipientes.

Consideramos segregação espacial a política desenvolvida pela elite da época, que teve como objetivo principal deslocar para os arrabaldes da cidade as classes populares. Essa diferenciação deveria ocorrer tanto no nível econômico (pela maior presença em seus bairros de palacetes), cultural (por serem “porta-vozes” das novidades européias) e/ou político.

Fica claro então que os interesses apenas da classe dominante (burguesia cafeeira e/ou burguesia industrial) predominavam em São Paulo, sendo que essa classe direcionava as mudanças urbanísticas pelas quais a cidade passava.

Esta elite, ocupando os principais postos de comando e em aliança com o capital internacional, realizou diversas melhorias, como a instalação de serviço de água e esgoto, instalação de bondes elétricos, alargamento de ruas, entre outros.

Caso exemplar desse fato, ou seja, a transformação de um membro da elite em administrador público, foi o de Antonio Prado, prefeito da cidade de São Paulo no período de 1899 e 1910. Nesse período, o prefeito iniciou um grande projeto de urbanização no município, projetando uma “nova” São Paulo, “seja através de abertura de novas ruas, ou mesmo no ajardinamento de vários logradouros como prática de embelezamento”. (DOS SANTOS, 2003, p.155)

Com isso, a segregação espacial ficava perceptível na cidade, pois alguns bairros de moradia da elite (como Higienópolis, Campos Elísios), ou mesmo na região central da cidade, área mais comercial, possuíam infra-estrutura urbana e beleza arquitetônica, ruas limpas e arborizadas, enquanto que em outros como o Brás, Mooca, Barra Funda, por exemplo, locais de moradias operárias eram quase nulas a presença de equipamentos urbanos, sendo comum a falta de calçamentos, a presença de ruas esburacadas, águas estagnadas, inexistência de coleta de detritos residenciais, como também quase total falta dos serviços de água e esgoto. (FOLHA DO BRAZ, 06.01.1901,p. 02)

Para a classe operária que, dentre os grupos que compunham a sociedade desse período, era o que tinha maior organização, a luta por uma cidade sem segregação, deu-se concomitantemente às lutas por melhores salários e condições de trabalho.

A partir dessa análise, entendemos quando e como os operários (trabalhadores que construíam esses benefícios, mas que no dia-a-dia vivem com uma quase total carência deles) questionaram essa ordem urbana segregada, impondo à cidade uma nova dinâmica espacial.

Essa luta por uma cidade sem segregação se concretizou por meio da apropriação pelo operariado de ruas e praças centrais, em suas manifestações e passeatas, ou mesmo durante seus momentos de lazer, quando por meio de piqueniques, da encenação de peças com temas sociais, de suas saídas campestres, essa classe demonstrava a sua força.

Ao se apropriarem desses espaços, os operários, principalmente enquanto movimento organizado, lutavam contra a segregação. Isso porque ao se dirigirem ao centro, a área mais comercial da cidade, com maior presença de lojas e bancos, onde predominava a sociabilidade burguesa, esses trabalhadores demonstravam que não

foram nada satisfatórios os resultados da política urbana que procurou confiná-los nos bairros mais periféricos.

Para nós, apropriação significa muito mais do que ocupar o espaço urbano. A ocupação pode ser feita de forma a não questionar a ordem social, ou até mesmo reforçá-la. Já a apropriação é uma ocupação com vistas à uma transgressão da ordem então estabelecida.

Temos em vista com a idéia de apropriação o ato de “dominar” o espaço do outro. E isso pode ser feito baseado em passeatas e comícios em praças públicas, quando a transgressão se dá de forma menos violenta, apesar de simbolicamente demonstrar a grande força dessa classe, como também (e diríamos principalmente) a partir da utilização das ruas como instrumento de luta, quando se usava os paralelepípedos para a construção de barricadas.

Por meio dessa apropriação da cidade pelo operário, percebemos que mais do que lutar por um espaço sem segregação, ele enquanto classe e em alguma medida, queria se contrapor ao modo burguês de viver.

Analisando algumas das principais manifestações operárias do início do século XX, percebemos que, uma em especial, a greve geral de 1917 foi tanto um movimento de reivindicações de melhorias no trabalho, como também de tomada das ruas da cidade, evidenciando o que chamamos de apropriação espacial.

### **A greve geral de 1917:**

#### **Momento culminante de apropriação da cidade de São Paulo pelos operários.**

A greve geral de 1917 teve por estopim o pedido de aumento do salário dos operários do Cotonifício Crespi, e foi um processo reivindicatório iniciado nos meses de maio e junho, devido às

[...] proporções alarmantes que o custo de vida toma, pelos salários indiscutivelmente insuficientes, pelas más condições de vida urbana e pela situação lamentável em que se encontra o fornecimento de gêneros de primeira necessidade, além de caros e insuficientes são, não raro, falsificados ou se encontram em mau estado de conservação”. (KHOURY, 1981, p.23)

Além dos problemas de ordem econômica enfrentada pelos operários é necessário salientar que tal movimento foi de enorme vulto, paralisando quase totalmente a capital paulista por pelo menos três dias, tendo, entre outras reivindicações,

[...] a jornada de 8 horas, [...] redução dos aluguéis, normalização do trabalho das mulheres e dos menores, melhoramento dos locais de trabalho. Encabeçavam essas reivindicações as exigências do respeito ao direito de organização e de reunião, e a libertação imediata de todos os operários encarcerados. (PINHEIRO, 1979, p.228)

A greve começou em 22 de junho no Cotonifício Crespi, quando os operários desta empresa não tiveram atendido as suas reivindicações, como aumento de salários e fim do trabalho noturno. O movimento então se estendeu a outras fábricas com as mesmas reclamações e com reclamações específicas a cada uma.

No início de julho, já eram mais de 20000 operários parados, juntando aos trabalhadores das indústrias têxteis outras categorias, como os canteiros (operários que lavravam as pedras de cantaria), leiteiros, oleiros, sapateiros, padeiros, etc.

Segundo o jornal “O Combate” (diário dirigido por Nereu Rangel Pestana, jornalista simpatizante do movimento operário) em 11/07/1917,

[...] os maiores núcleos grevistas são a fábrica de tecidos Mariângela, com mais de 2.500 operários; fábrica de Tecidos de juta, com 2000, Cotonifício Crespi, com 1500, estamperia Matarazzo, com 2000, fábrica de alpargatas, com 1000; Antartica, com 1000, fábrica de tecidos Boys com 800, canteiros de diversas localidades, com 800, etc. Além disso, suspenderam hoje os trabalhos, sem fazer reclamações e apenas for solidariedade com os companheiros, os operários do Lanifício De Camillis, das Indústrias Textis, da Fábrica de Tecidos Ipiranga, do Lanifício Catumby, etc. [...] Esperam-se, para hoje, a adesão dos operários oleiros, tiradores de areia, leiteiros e a de tecelões de diversas fábricas, companhia de gaz e outras”. (O COMBATE, 11/07/1917, p.01)

A ação policial derivada de uma maior militarização da greve, do aumento do tráfego de veículos militares e do Corpo de Bombeiros transportando soldados com suas armas embaladas (Lopreato,2000,p.49), ao invés de refrear as adesões ao movimento grevista, as intensificou.

Nesses dias de greve, várias manifestações operárias ocorreram nas ruas e praças da cidade e, por conta disso, a maior parte das fábricas foi fechada. Entretanto, essas fábricas ficavam, em sua maioria, nos bairros onde os operários moravam e eles entenderam que parar a cidade inteira incluía também parar o seu centro, a região mais comercial. E isso também ocorreu.

É o que aponta o jornal “Correio Paulistano” (jornal porta-voz do Partido republicano paulista e defensor do governo do Estado) de 13/07/1917:

[...] Com o decorrer das horas, o movimento pelas ruas do bairro, e especialmente pela grande artéria que é a avenida Rangel Pestana, começou a intensificar-se e era quase na sua totalidade, composto de operários,

homens, mulheres e crianças que haviam deixado de comparecer às fabricas. De uma certa hora em diante, o triangulo central entregue a sua actividade pacifica, começou igualmente a ser invadido por uma onda de desocupados. O commercio, alarmado com os gritos subversivos que partiam daqui e acolá, julgou prudente cerrar também as sua portas, a exemplo do que estava succedendo nos arrabaldes, ainda os mais longínquos. (CORREIO PAULISTANO, 13/07/1917, p.2)

Se a chegada desses operários ao centro da cidade apavorava a elite, os primeiros, por meio de seus jornais, comemoravam tal “ousadia”, apontando que estar na região central foi apenas uma questão de tempo, visto as manifestações já serem intensas em várias regiões da cidade, não se importando, inclusive, com a presença de policiais.

É o que vemos no jornal “A Plebe” (Hebdomanário anarquista, principal interlocutor dos operários na greve) de 09/07/1917:

A decisão dos operários já vae desnordeando os burgueses. Encontrei no mesmo pé o movimento dos operários do “Cotonificio Crespi” [...] Reúnem-se elles diariamente na Liga Operária da Mooca, onde tratam animadamente da greve e do movimento obreiro em geral. O cavalliere da indústria está tão apavorado que já mandou a sua família para o Guarujá, raramente apparecendo no palacete da Avenida.

E completa:

A pacatez vagabunda da burguezada do centro da cidade foi perturbada pelo clamor dos operários grevistas em manifestações. Afim de reclamar a liberdade de seu companheiro preso, os trabalhadores homens, mulheres e crianças vieram em columnas até a frente da Polícia Central, reunindo depois em comício no largo da Sé, onde falaram dois camaradas e uma companheira. Num dos dias da semana, os grevistas da Mooca foram incorporados até o Ipiranga onde conjuntamente com os operários da fábrica de Nami Jafet, realizaram um comício. A gente do burguez, que mora nas imediações onde se reuniram os operários, julgando que havia chegado a hora da justiça popular, fecharam-se a sete chaves”. (A PLEBE, 09/07/1917, p.3)

E aos poucos os grevistas foram parando os bondes, os táxis, as cocheiras e por fim a cidade inteira. Pelo menos, por pouco tempo que fosse, a urbe era sublevada e a “comandava” não mais a elite, e sim os operários.

Os jornais operários também apontavam vários confrontos pela cidade. Era como se os operários tentassem através dessas lutas tomar posse desse espaço, construído por eles mas retirado deles pela elite (no sentido de que era ela que dominava politicamente e economicamente a cidade) e que aos poucos retornava as suas mãos.

Mais ainda, os operários ocupavam ruas e praças, arrancando violentamente das mãos dessa elite o controle do espaço urbano. E ao se apropriar de cada “pedacinho” da cidade, ficava mais fácil chegar ao centro dela.

A reportagem do jornal “A Plebe”, aponta com detalhes esse conflito:

Em vários pontos da cidade travaram-se, como é sabido, verdadeiras batalhas entre o povo e a força armada. Foram tiroteios incessantes que os grevistas heroicamente sustentaram forçando a debandar, em completa desordem, numerosos contingentes da força pública. A cavallaria, sobretudo, teve o seu quinhão”.

No Bom Retiro e Ponte Pequena os grevistas formaram verdadeiras barricadas de onde alvejavam, num fogo certo e vivo, os inconscientes e militarizados defensores do Estado e do Capitalismo, princípio e causa de sua própria desgraça e da desgraça daquelles que são os seus irmãos de sofrimento e miséria. (A PLEBE, 21/07/1917, p.1).

O bairro do Brás, de predominância operária,

[...] foco da agitação, está com a vida normal completamente paralyzada. O commércio quase todo cerrou as portas e a Light foi forçada a suspender o trafego de bondes, que eram assaltados de momento a momento. As ruas estão apinhadas de grevistas, em ruidosas manifestações. (O COMBATE, 12/07/1917, p.3).

No período entre o dia 09 e o dia 13 de julho, foram constantes as manifestações de rua, confrontos entre operários e a polícia, assaltos a bondes e moinhos. Em um desses conflitos, foi morto o sapateiro anarquista José Martinez.

O medo instalava-se na elite e a polícia, como forma de diminuir a força do movimento, resolveu adotar uma medida drástica: proibir as manifestações públicas. É o que diz a nota da Força Pública, publicada pelo jornal “O Combate” de 13/07/1917, página três, “Em vista das agitações promovidas por desordeiros e elementos exaltados da classe dos operários e em benefícios mesmo dos trabalhadores pacatos, a polícia não permitirá reuniões nas praças e ruas públicas”.

A determinação da Força Pública, de alguma forma, corrobora o que pensamos sobre o significado da palavra “pública” para essa elite. A partir do momento no qual nessas ruas e praças realizavam-se demonstrações de força da classe operária, cabia à polícia acabar com o cinismo dominante de que por serem públicas, os operários poderiam utilizá-las em suas manifestações ou mesmo comemorações.

Na verdade esse controle mais rígido sobre as manifestações públicas é anterior à greve de 1917. Surgiu em 1905, quando o Estado procurou limitar e acompanhar esses encontros, principalmente àqueles de cunho político-social, como forma de não ser surpreendido por uma agitação mais expressiva.

As leis que regiam o espaço público do centro não eram mais respeitadas, e mesmo assim a polícia temia em fazer cumpri-las. No enterro do sapateiro Martinez, o cortejo fúnebre passou pelas ruas centrais da cidade e independentemente de ser

proibida a passagem de féretro por essa região, os operários exigiram que o cortejo também passasse pelas ruas do Triângulo Central (ruas 15 de Novembro, Direita e São Bento). (LOPREATO, 2000,p.32)

Os órgãos públicos municipais e a Força Pública, na busca de uma normatização da passeata e, procurando um maior controle da área central da cidade, indicaram um itinerário aos operários, como forma de evitar que esses chegassem próximo às lojas mais chiques (e causassem algum dano à propriedade), como também passassem próximo à delegacia, que ficava na Rua 15 de Novembro, e tentassem soltar os operários presos nos dias de greve.

Acerca da manifestação de rua e do descumprimento de leis que proibiam a passagem de féretro pelo centro, apresentaremos duas impressões: A primeira impressão é a do jornal “A Plebe”, hebdomadário anarquista e principal veículo de expressão operária de então; já a última impressão é a do jornal ”O Combate”, que apesar de ter um nome sugestivo a confronto, não era operário, embora fosse simpático ao movimento grevista.

Para o jornal “A Plebe” o objetivo principal ao narrar o cortejo fúnebre, era o de apontar a força do movimento paredista e a disposição dos manifestantes em tomarem o centro da cidade, não se importando com as leis que regiam o espaço público. Para o semanário anarquista, a apropriação das ruas pelos operários, ocorreu quando

[...] a enorme massa que formava o cortejo seguiu por onde muito bem quis, contra a vontade expressa dos mandões que não estimavam ouvir na própria cara e perto do seu antro as veementes acusações das turbas repletas de justificada revolta. Assim, foram tomadas, de ponta a ponta, pela multidão as ruas 15 de Novembro e São Bento onde os aristocratas vendilhões exercitam o seu lucrativo commercio.” (A PLEBE 21/07/1917, p.4)

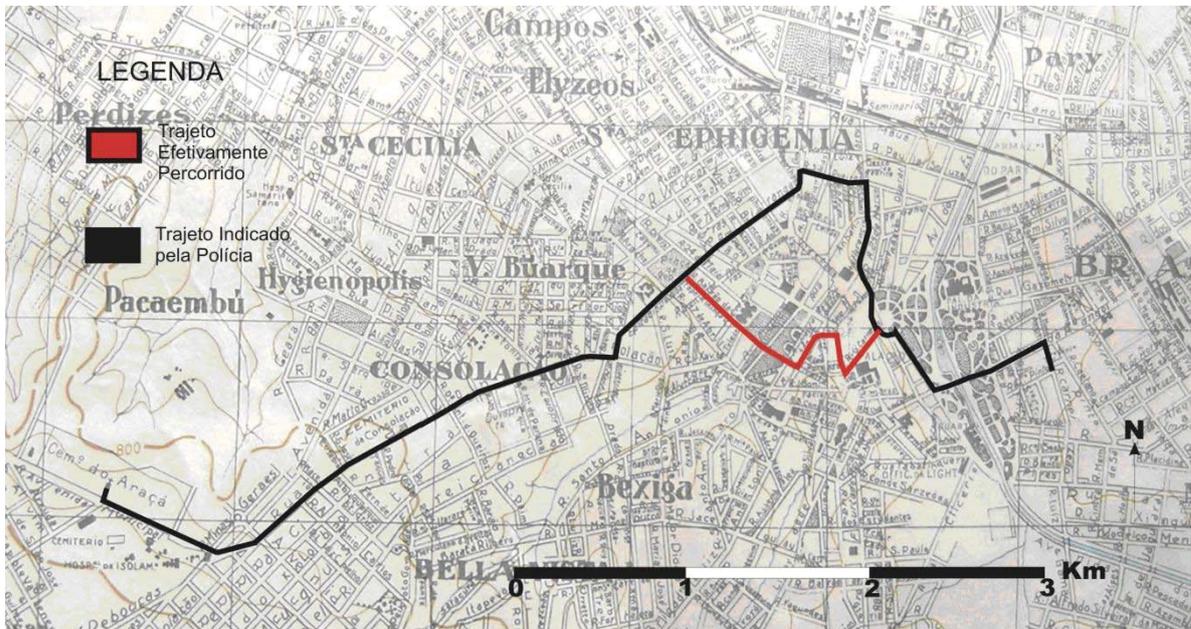
Já para o jornal “O Combate”, do jornalista Nereu Rangel Pestana, a principal característica da informação foi, além de apontar a tomada das ruas pelos trabalhadores, demonstrar o percurso da manifestação.

A greve – O enterro do operário morto – Vários incidentes Perto de 3 mil operários acompanharam o féretro, que saíu da rua Caetano Pinto nº91 em demanda á necrópole do Araçá.O itinerário marcado pela polícia não foi obedecido. Pretendia esta fazer passar o enterro pela rua Monsenhor Anacleto, tomando a rua 25 de Março, subir pela rua Senador Queiroz, rua Ipiranga, rua Consolação, com destino ao cemitério. A comissão entendeu, porém que o féretro devia passar pelo centro, embora as posturas municipais expressamente o proibissem.No entanto, quando o dr. Rudge Ramos pedia á comissão que obedecesse o itinerário marcado houve tumulto; com isso, concordou, afinal, para evitar conseqüências maiores, o 3º Delegado Auxiliar. O féretro subiu a ladeira do Carmo, querendo os membros da

comissão, que o mesmo passasse pela Polícia Central. Não foi consentido. A grande formou, tomando o cortejo a rua da Fundação, largo da Sé, rua XV de Novembro.” (O COMBATE, 10/07/1917, p.3)

## MAPA 1

### GREVE GERAL DE 1917 PERCURSO DO ENTERRO DE JOSÉ MARTINEZ



Planta da Cidade de São Paulo, 1924

Fonte: Jornal “O Combate” (1917); Lopreato (2000)

Os trechos acima e o mapa 1 mostram a geografia dessa manifestação (as ruas de que a passeata se utilizou para chegar ao cemitério), mas principalmente, que essa movimentação não necessariamente passaria pelas ruas que mais facilitassem à chegada ao cemitério.

Não se tratava de levar o corpo o mais rápido possível à necrópole. Isso porque, nesse momento, era necessário mostrar a força da greve e que a morte de um dos operários não abalou o movimento, mas pelo contrário, fortaleceu-o, pois uniu mais ainda as várias categorias de trabalhadores, incentivando, através da apropriação de ruas interditas pela prefeitura para a passagem de féretros, outras formas de insubordinação.

Nos dias da greve, a capital paulista foi literalmente tomada pelos operários. Forçaram a paralisação dos bondes. Quebraram os lampiões e colocaram a cidade em pavor. Ocorreram registros de saques a grandes moinhos e de invasões de presídios e

soltura de militantes presos. Os bairros operários transformaram-se em fortalezas e seus becos impediram a entrada de policiais. A classe rica se assustou.

A cidade ficou praticamente parada. E parar a cidade era interromper a circulação das pessoas, mas principalmente das mercadorias. E então a polícia começou a agir, buscando o retorno da antiga ordem. O jornal “Correio Paulistano”, órgão do Partido Republicano Paulista, ou seja, da elite paulista, reclamava uma solução para essa situação extrema. Dizia em 13/07/1917:

[...] O movimento grevista assumiu hontem proporções ainda maiores do que na véspera. A ordem e o transito da cidade estavam, porém, perturbados e, por isso, a policia attenta, vigilante e enérgica...poz em acção desde cedo, limitando-se a acudir aos pontos onde se deram as desorddens [...] (CORREIO PAULISTANO, 13/07/1917, p.2)

Revolta generalizada. Desacato às leis. Sublevação de policiais. A elite se apavorou e a polícia, no momento mais grave, entendeu a greve como uma revolução.

Sobre os acontecimentos, diz o delegado Thyrso Martins:

Um movimento operário baseado originalmente, em justa causa, foi a pouco e pouco se desvirtuando a ponto de degenerar em graves perturbações da ordem pública, com aspectos alarmantes de uma verdadeira revolução. [Então] :[ ...] o trafego dos bondes foi paralisado porque os grevistas assaltaram os vehiculos e os dannificaram; os combustores da illuminação publica foram apedrejados e inutilizados; vehiculos que conduziam leite e carne para os hospitais foram saqueados [...] A revolução era aconselhada francamente. Da mesma sorte o saque. (CORREIO PAULISTANO, 07/10/1917, p.3)

Percebemos então como a greve de 1917 foi uma situação de rompimento de uma ordem estabelecida. Ordem essa que circunscrevia os operários às áreas arrabaldes das cidades e desestimulava a presença desses trabalhadores no centro.

Para nós, nessa greve, fez-se em São Paulo uma nova geografia, mais livre, mais dinâmica e menos excludente. Por quase um mês a cidade foi do operário, a geografia da cidade foi determinada pelo trabalhador!

## **Bibliografia**

AS BARRICADAS. A Plebe, São Paulo, p.1 e 4, 21 jul.1917.

CARLOS, Ana Fani Alesssandri. Reflexões sobre o Espaço Geográfico. 1979.118f.

Dissertação (Mestrado em Geografia Humana)-FFLCH-USP, São Paulo, 1979.

COMÍCIOS e passeatas – a burguezada assusta-se. A Plebe, São Paulo, p.3, 09 jul.1917.

DOS SANTOS, Marco A.C. Entre Algemas e Vacinas – Medicina, Polícia e Resistência Popular na Cidade de São Paulo (1890–1920). Novos Estudos Cebrap, São Paulo, nº 65, p. 152-168, 2003.

A GREVE – o enterro do operário morto – vários incidentes. O Combate, São Paulo, p.3, 10 jul.1917.

A GREVE - o movimento paredista aumenta de intensidade – novas adesões. O Combate, São Paulo, p.1, 11 jul.1917.

KHOURY, Iara Aun. As Greves de 1917 em São Paulo e o processo de Organização Proletária. São Paulo: Editora Cortez, 1981,221p.

LOPREATO, Christina R. O Espírito da Revolta: A Greve Geral Anarquista de 1917. São Paulo: Annablume, 2000, 224p.

O MOVIMENTO grevista. O Combate, São Paulo, p.3,12 jul.1917.

O DIA de ontem. Correio Paulistano, São Paulo, p.2 e 3, 13 jul.1917.

PAULA, Amir El Hakim de. Os Operários pedem passagem! A Geografia do Operário na Cidade de São Paulo (1900-1917). 2005.149f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - FFLCH-USP, São Paulo, 2005.

PELO povo. Folha do Braz, São Paulo, p.2, 06. jan.1901.

PINHEIRO, Paulo Sérgio et all. A Classe Operária no Brasil – Vol I O Movimento Operário. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, 320p.

RODRIGUES, Maria Lucia Estrada. Produção do Espaço e Expansão Industrial.. São Paulo: Paz e Terra, 1987, 142p.

ROLNIK, Raquel. Cada um no seu Lugar! São Paulo, Início da Industrialização:  
Geografia do Poder. 1981.217f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -  
FAU-USP, São Paulo, 1981.

## **AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES EM MATO GROSSO**

**Marta da Silveira Luedemann<sup>5</sup>**

---

<sup>5</sup> Professora do curso de Geografia da UNESP de Ourinhos.